ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

----------ATA----------

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de catorze de dezembro de dois mil e vinte e três. ----------

-----Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três; ----------

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; ----------

-----3.- Período de antes da ordem do dia; ----------

-----4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: ----------

-----4.1. – Discussão e votação da proposta do Orçamento Municipal e GOP`S, para o ano 2024/2028 e demais documentos que a integram, para efeitos do disposto nas alíneas a), m) e o) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; ----------

-----4.2. – Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere ao lançamento de uma Derrama Municipal, a liquidar e cobrar no ano de 2024;

-----4.3. – Deliberar sobre a fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a praticar no ano de 2024; ----------

-----4.4. – Discutir e votar proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2024; ----------

-----4.5. – Autorizar e ratificar os contratos interadministrativos de delegação de competências a estabelecer entre o Município e as Juntas de Freguesia referentes à gestão dos refeitórios e serviço de refeições, bem como a implementação das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), para as crianças da Educação Pré-Escolar e Componente de Apoio à Família (CAF), para os alunos do primeiro ciclo do ensino básico, dos jardins de infância e escolas básicas sitas nas respetivas freguesias, conforme o estipulado na alínea k), do número 1 do artigo 25.º do anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no número 3, do artigo 164.º, do Código do Procedimento Administrativo; ----------

-----4.6. – Discutir, votar e autorizar, ao abrigo do estabelecido na alínea k), do número 1 do artigo 25.º do anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, os contratos interadministrativos de delegação de competências a estabelecer entre o Município e as Juntas de Freguesia referentes à gestão dos refeitórios e serviço de refeições, bem como a implementação das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), para as crianças da Educação Pré-Escolar e Componente de Apoio à Família (CAF), para os alunos do primeiro ciclo do ensino básico, dos jardins de infância e escolas básicas sitas nas respetivas freguesias; ----------

-----4.7. - Discutir, votar e autorizar uma proposta de adesão do Município de Vila Verde como sócio da Associação de Municípios Produtores de Vinho, com o pagamento de uma joia de adesão no valor de € 500,00 (quinhentos euros) e quota anual de € 1 300,00 (mil e trezentos euros); ----------

-----4.8. - Discutir, votar e autorizar uma proposta de adesão do Município de Vila Verde à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, cuja cota anual de associado tem o valor de € 500,00 (quinhentos euros); ----------

-----4.9.- Discutir, votar e aprovar uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere à alteração do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento para Estratos Sociais Desfavorecidos;----------
-----4.10.- Discutir votar e aprovar, para cumprimentos dos números 2, 3 e 4, do artigo 14, do Código das Expropriações, uma proposta de resolução da expropriação do terreno necessário à "implementação do Plano de Pormenor para a avenida Professor Machado Vilela, entre a praça da República e a rua dos Bombeiros, rua do Professor, avenida do Autarca entre o Monumento ao Autarca, Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira, dos lados norte e sul e áreas envolventes ao Campo da Feira e quartel dos bombeiros", na freguesia de Vila Verde e Barbudo, concelho de Vila Verde, e aprovar, ainda, o relatório de avaliação no qual se descriminam e justificam os montantes indemnizatórios de expropriação; proposta da Declaração de Utilidade Pública, com caráter urgente e posse administrativa, para a expropriação do terreno necessário ao referido projeto, com setecentos e trinta e três metros quadrados (733,00 m2) e autorizar para diligenciar no sentido de adquirir a parcela por via do direito privado, nos termos previstos no artigo onze, do Código das Expropriações, através da celebração da competente escritura, caso se verifique a aceitação por parte dos interessados das condições aprovadas, bem como da avaliação atribuída à parcela de terreno em questão.----------
-----Ponto 5. - Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; ----------
-----Ponto 6. - Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; ----------
-----Ponto 7. - Período de intervenção aberto ao público. ----------
-----Estiveram presentes na reunião sessenta e um membros. ----------
-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. ----------
--- Face ao pedido de ausência por um período inferior a trinta dias, formulado pelos cidadãos eleitos Filipa Oliveira Marques e António Fernandes Barbosa, foram empossados, em sua substituição, os cidadãos João Pedro Araújo da Silva e Cláudio Domingues dos Santos Carvalho, respetivamente. ----------
-----Foram relevadas as ausências dos membros Manuel Dias de Barros, à sessão ordinária de 29 de setembro de 2023; Maria dos Prazeres Ferreira Araújo e Presidente da Junta da União de Freguesias de Marrancos e Arcozelo, Manuel Alves Rodrigues, que foi substituído pela Secretária do mesmo órgão autárquico, Sofia Sousa Rodrigues; a Presidente da Junta de Freguesia de Aboim da Nóbrega, Maria dos Prazeres Ferreira Araújo, à presente sessão ordinária de 14 de dezembro de 2023. ----------
-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão ordinária de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três foi aprovada por unanimidade. ----------
-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou a seguinte correspondência: duas missivas da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) a informar que, na reunião de vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três, havia aprovado, por unanimidade, a manutenção do valor da quota para dois mil e vinte e quatro, sendo que a quota, para municípios com mais de quarenta mil eleitores, se mantém nos mil novecentos e vinte e cinco euros; no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para

dois mil e vinte e quatro, tinha sido apresentada, pelo Grupo Parlamentar do PS, a Proposta de Lei número 109/XV/2.ª (GOV), que viria a ser aprovada com a redação que se passa a transcrever – "Artigo 10.º - Os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo têm direito a uma senha de presença por cada reunião das sessões ordinárias ou extraordinárias do respetivo órgão e das comissões a que compareçam e participem". Foram ainda rececionados o Breviário Prático do Protocolo Autárquico, da iniciativa da ANAM e organizado pelo CVEL e Valor Glocal, e a publicação número três (maio-agosto 2023) da revista "Ideias & Territórios". ----------

-----No terceiro ponto - período de antes da ordem do dia -, Ricardo Cerqueira, do Bloco de Esquerda (BE), apresentou uma moção intitulada "Pela Paz, em Solidariedade com o Povo Palestiniano", tendo começado por referir que, em 1948, os impérios donos do mundo haviam decidido, com a chancela da ONU, oferecer o território da Palestina ao povo israelita. Desde há 75 anos que o artificialmente criado Estado de Israel havia imposto, na Palestina, um regime de apartheid, assente numa ocupação ilegal, que oprimia o povo palestiniano que sempre tentara defender-se e resistir à violência indiscriminada, ao confisco de terras, despejos e corte do acesso aos bens essenciais. Tendo sido um produto da ONU, Israel sempre se dera ao luxo de ignorar as dezenas de resoluções da mesma, contando com o indispensável apoio de aliados, em particular, dos Estados Unidos. Em resultado da limpeza étnica, o povo palestiniano tinha vindo a ser varrido do mapa, confinado à Faixa de Gaza e à Cisjordânia, onde Israel tinha continuado a expandir-se, através de colonatos ilegais. No passado dia 7 de outubro, o mundo havia ficado chocado com a desumanidade protagonizada pelo Hamas, por via do ataque por si realizado em território israelita. Com o pretexto de eliminar o Hamas, há dois meses que o governo israelita bombardeava as cidades da Faixa de Gaza. O direito de Israel a defender-se, justificação aceite pela maioria dos países ocidentais, permitira que fossem ultrapassados todos os limites, resultando em mais de 18 mil mortos, 50 mil feridos e 2 milhões de deslocados. Assim, considerando que: o ataque a Israel, com as consequentes atrocidades, ocorridas no passado dia 7 de outubro, se inseria no conflito israelo-palestiniano, consubstanciado em décadas de opressão do povo palestiniano, por parte de Israel; era legítima a preocupação com a libertação dos reféns israelitas, se bem que, até agora, só a pausa humanitária permitira a libertação de parte dos reféns; o direito de Israel a defender-se permitira, objetivamente, que estivesse a ser levada a cabo uma retaliação a todos os títulos desproporcional sobre o povo palestiniano; o enfraquecimento da capacidade militar do Hamas, ou mesmo a sua eliminação, levando tudo a eito, não acabará com a insegurança na região; violência gerava violência, consequentemente, com o sentimento de revolta provocado, a Palestina tornar-se-ia terreno fértil para o extremismo que se pretendia combater; o direito de Israel à defesa havia ultrapassado todos os limites, traduzindo-se na punição coletiva do povo palestiniano, com a maior percentagem de vítimas civis, relativamente a todas as anteriores guerras recentes, acrescida do inusitado número de vítimas entre funcionários da ONU e jornalistas; aquilo a que se estava a assistir na Palestina não era mais do que um genocídio não declarado do povo palestiniano; às mortes diretamente provocadas pelos bombardeamentos, juntavam-se as dos feridos que não tinham condições para ser tratados; acresciam a fome e a sede como meio de concretizar a limpeza étnica; mais uma vez, beneficiando do veto isolado dos EUA, no Conselho de Segurança da ONU, Israel tinha ignorado os apelos das Nações Unidas para parar a

matança de vítimas inocentes, mais de metade crianças. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Vila Verde deliberava: condenar o genocídio do Povo Palestiniano, que estava a ser levado a cabo por Israel, através de intensos bombardeamentos, ao arrepio das recomendações da ONU; exigir o cessar-fogo imediato, tal como preconizado pelas Nações Unidas; saudar a posição corajosa do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, pelos seus esforços a favor da Paz; exortar o Governo português a ser mais assertivo na condenação do Estado de Israel, quer pelo não cumprimento das resoluções da ONU, quer pela limpeza étnica agora perpetrada; remeter este voto à Assembleia da República, ao Governo e à Presidência da República. ----------

-----O Presidente da Mesa referiu que, na moção em apreço, eram suscitadas questões de direito internacional a ter na devida conta. ----------

-----Manuel Barros, do PSD, interveio para, em seu nome pessoal, fazer uma declaração de voto no sentido da abstenção. Convidou a sua bancada a tomar a mesma posição, em primeiro lugar, porque não haviam sido responsáveis pela criação de dois estados artificiais e, em segundo lugar, reconheciam que existiam posições extremadas de Israel, mas não podiam defender os movimentos extremistas que haviam tomado o poder na Palestina e que tinham como objetivo eliminar o Estado de Israel. Os dois povos tinham direito à existência e aquilo que tinha acontecido no dia sete era incompreensível. Todos haviam sido surpreendidos por dois motivos: inusitadamente, um movimento terrorista havia atacado uma iniciativa pacífica de jovens, que podiam ser seus irmãos ou filhos, que tinham ido assistir a um concerto e que, de repente, tinham sofrido aquela chacina. Também haviam ficado surpreendidos por Israel se ter deixado surpreender por aquela situação. Estavam de acordo com a afirmação de que a resposta de Israel estava a ser desproporcionada, mas não podiam pactuar com as afirmações contidas na moção do BE, na medida em que, conforme referira o Presidente da Mesa, levantavam questões de direito internacional relativamente às quais não podiam tomar uma posição perentória de defesa do povo palestiniano, porque não era este povo que estava em causa e todos, no Plenário o defendiam. Se revisitassem a história, veriam que existiam outras razões para aquilo estar a acontecer. O que estava em causa era darem cobertura a movimentos terroristas cujo objetivo era, com o pretexto da defesa de um povo, pura e simplesmente eliminar o outro povo, sendo que a violência gerava violência, não se podendo ainda negar o direito de defesa do povo de Israel. ----------

-----Pedro Araújo, do PS, em declaração de voto, esclareceu que ia votar a moção favoravelmente, embora não concordando com muitas das alíneas na mesma insertas, pois considerava que aquilo que Israel estava a fazer era completamente inadmissível. Não estavam verdadeiramente do lado do povo palestiniano, porque, se todo o mundo estivesse mais alinhado com o Secretário-Geral da ONU, a sua posição seria objetivamente diferente. Se qualquer outro Estado fizesse aquilo que Israel estava a fazer, já tinha levado com bombas e navios, razão pela qual não podiam compactuar com aquele tipo de comportamento. O que o Hamas tinha feito era terrivelmente grave, mas nada dava o direito de fazer o que Israel estava a fazer. Reiterou a sua discordância em relação a algumas alíneas da moção, quer pelas suas palavras quer por aquilo em que a mesma podia desvalorizar o sofrimento do povo de Israel. ----------

-----Aires Fumega, do PS, referiu que ia votar a favor da moção, embora não se revendo em algumas das coisas na mesma ditas, pelo efeito prático que era o cessar-fogo, porque não eram senhores da guerra, eram senhores da paz, não vendiam armas, ao contrário

daqueles que o faziam e que, como dizia o Papa Francisco, eram os únicos a quem a guerra interessava. ----------
-----A moção do BE foi aprovada por maioria, com zero votos contra, quarenta e quatro abstenções e seis votos a favor. ----------
-----Nuno Queirós, do PSD, apresentou a moção intitulada "Cheias de novembro nas bacias hidrográficas do Cávado e do Homem". Referiu que, no passado dia 4 de novembro, as zonas das bacias hidrográficas do Cávado e do Homem tinham sido afetadas por um cenário de cheias e inundações provocadas pelo caudal gerado por descargas das barragens da Caniçada e Vilarinho das Furnas. Segundo informações cedidas pelo Comando Sub-Regional do Cávado da Proteção Civil, a barragem da Caniçada efetuara descargas que haviam gerado um caudal de 639m3/s e as descargas da barragem de Vilarinho das Furnas geraram um caudal de 262m3/s. Estes volumes hídricos combinados tinham originado, a jusante da confluência dos dois rios, um caudal total de 901m3/s. A Lei da Água (LA – Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro) transpusera para a ordem jurídica nacional a Diretiva Quadro da Água (DQA – Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro), que estabelecia um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, visando proteger as massas de água superficiais interiores, costeiras e de transição, e subterrâneas. Com aquele fim, a Lei previa a implementação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) enquanto instrumentos de trabalho que visavam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da região hidrográfica, compatibilizando as suas diversas utilizações com as suas disponibilidades. No quadro legal dos diversos objetivos dos PGRH, encontrava-se ainda explicita a mitigação dos efeitos das inundações e das secas. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tinha a responsabilidade de definir o conjunto de políticas e instrumentos de gestão que assegurassem a aplicação prática da Lei da Água e dos seus princípios, competindo-lhe trabalhar na prevenção e gestão de situações extremas de seca e de grandes cheias, definindo os respetivos planos e coordenando com outras entidades a adoção de medidas excecionais nestas situações extremas. Acrescia que, enquanto Autoridade Nacional de Segurança de Barragens, a APA tinha a especial responsabilidade de promover e fiscalizar o cumprimento rigoroso do Regulamento de Segurança de Barragens, desde a fase inicial de projeto, passando pela construção, bem como, pela posterior tutela no acompanhamento durante a fase de exploração. Conforme definido na Alínea p) do n.º2 do Artigo 8.º da supracitada Lei da Água, a APA enquanto Autoridade Nacional da Água tinha especial obrigação de aplicar medidas para a redução de caudais de cheia e criar sistemas de alerta para a salvaguarda de pessoas e bens; a aplicação conjunta dos dois tipos de medidas (redução de caudais e sistemas de alerta) correspondia a uma visão holística do fenómeno das cheias. Pela sua natureza, as cheias eram devidas à coincidência de vários fatores meteorológicos cujos efeitos podiam ser sobejamente controlados mediante a implementação de projetos estruturais de controlo das massas de água causadoras de cheias, tais como, reservatórios, barragens, entre outros. Não obstante, a implementação das designadas soluções não-estruturais, relativas às medidas de emergência, sistemas de previsão e aviso de cheias, para além de se tratar de uma imposição legal, era fundamental para garantir a salvaguarda de pessoas e bens. Assim, tendo em consideração que, de acordo com os dados históricos, nas zonas suscetíveis a cheias e inundações, somente era seguro

realizar descargas até 500m3/s; sob a mesma premissa de dados históricos, as descargas a partir dos 700m3/s causavam invariavelmente problemas nas zonas mais suscetíveis a cheias e inundações; devido à força dos elevados caudais provenientes do Rio Cávado, nestas circunstâncias ocorria um regolfo para montante nas águas do Rio Homem, com a natural inundação das suas margens; o norte de Portugal continental fora afetado por uma série consecutiva de quatro depressões atmosféricas: "Aline", "Bernard", "Ciáran" e "Domingos", todas elas previstas com a devida antecedência e que tinham trazido elevadas cargas de pluviosidade, com impacto na severidade dos caudais. Perante estas circunstâncias, questionavam o seguinte: por que razão não houvera o cuidado por parte da EDP Produção de realizar (nos dias anteriores) descargas preventivas com a finalidade de ter acautelado previamente esta situação, ocorrida durante o dia 4 de novembro, conhecendo de antemão a sequência destas depressões atmosféricas capazes de transportar elevadas cargas de pluviosidade? Sabendo-se também do histórico de inundações e cheias, por que razão não tinha havido o cuidado e o dever de lançar um alerta ou pelo menos um aviso prévio para as descargas (conjugadas na bacia do Homem/Cávado) superiores a 700m3/s sendo elas potencialmente causadoras de inundações e cheias? Por que motivo haviam sido realizadas descargas simultâneas em vez de desfasadas, na barragem da Caniçada e em Vilarinho das Furnas (com valores na ordem dos 900m3/s) superiores em 28,7% aos limites suscetíveis de causar cheias e inundações? Acrescia o facto de, nas horas seguintes, os valores de descarga em Vilarinho das Furnas terem sido extremamente reduzidos (aproximando-se dos 0m3/s). Por conseguinte, face à desastrada e errónea gestão das capacidades de retenção e encaixe das barragens, por parte da EDP Produção, com reflexos na bacia hidrográfica e cujo desfecho resultara em acontecimentos de grave impacto e elevada severidade económica nas populações adjacentes aos Rios Homem e Cávado (particularmente, em algumas habitações, mas também em unidades de familiares de turismo e outros tipos de explorações), a bancada do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Vila Verde vinha exigir que a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto Autoridade Nacional da Água e detentora de deveres especiais como Autoridade Nacional de Segurança de Barragens, com a responsabilidade de promover e fiscalizar o cumprimento rigoroso do Regulamento de Segurança de Barragens, procedesse ao apuramento das responsabilidades que conduzissem ao ressarcimento dos prejuízos causados às empresas e particulares lesados. A Assembleia Municipal de Vila Verde deliberava dar provimento a este assunto e remeter o mesmo para a Agência Portuguesa do Ambiente. ----------

-----Esta moção foi aprovada por maioria, com zero votos contra, seis abstenções cinquenta e cinco votos a favor. ----------

-----Pedro Araújo sustentou que, um dia após a COP 28, interessava à população de Vila Verde trazer o assunto e as preocupações com a casa comum a esta Assembleia. Começou por citar o Papa Francisco no seu discurso àquela COP: "agora, mais do que nunca, o futuro de todos depende do presente que escolhermos, porque a mudança climática é um problema social que está intimamente ligado à dignidade da vida humana. Estamos a trabalhar para uma cultura de vida ou de morte? Com veemência vos peço que escolhamos a vida, escolhamos o futuro, escutemos os gemidos da Terra, demos ouvidos ao grito dos pobres, prestemos atenção às esperanças dos jovens e aos sonhos das crianças. Temos uma grande responsabilidade: garantir que não lhes seja

negado o próprio futuro. A ambição de produzir e possuir transformou-se em obsessão e resultou numa ganância sem limites que fez do ambiente o objeto de uma exploração desenfreada. É tarefa desta geração dar ouvidos aos povos, aos jovens e às crianças, para lançar as bases do novo multilateralismo. Porque não começar precisamente pela casa comum? As alterações climáticas alertam para a necessidade de uma mudança política. Trata-se de não adiar mais, implementar e não apenas desejar o bem dos vossos filhos, dos vossos cidadãos, dos vossos países, do vosso mundo. Que vós sejais os artífices de uma política que dê respostas concretas e coesas, comprovando a nobreza da função que desempenhais e dignidade do serviço que prestais, porque o poder serve para isto, para intervir e não adianta conservar hoje uma autoridade que amanhã será recordada pela sua incapacidade de intervir quando era urgente e necessário. O remédio é a boa política. Se o exemplo de concretização e coesão vier de cima, beneficiará a base onde muitos, especialmente os jovens, já estão empenhados em promover o cuidado da casa comum." O acordo da COP agradava a uns e desiludia outros. Era necessário muito mais, mas tinham de reconhecer a existência de um registo de vontade no sentido correto. Era tempo de pôr mão à obra, mas, mais do que aquilo que havia sido decidido e acordado na COP, interessava ali refletir e lançar o mote para que o Município e cada um, individualmente, repensasse a sua forma de estar e abordar as questões humanas e climáticas. Podiam pegar pela ponta do icebergue, que eram os combustíveis fósseis e a energia, mas o problema era mais vasto, residindo no modelo de vida, sendo precisa a coragem política dos decisores para o dizer com frontalidade, sem medo de popularidade junto da população, apenas em sua defesa. Uma série de assuntos até começava a perder destaque, em resultado da sua elementaridade, pelo que já deviam estar noutro patamar de discussão. Os tempos difíceis exigiam políticos à altura do desafio. Sabiam, pela ciência e pela experiência, que nenhum sistema era cem por cento eficiente e que nada podia ter um crescimento infinito. O sistema consumista e capitalista, montado ao longo das últimas décadas, não podia permanecer, na medida em que sugava o planeta e a humanidade ou não respeitava o ambiente nem as pessoas. Aquele Município devia ser líder em políticas verdes. Em pequeno, gostava muito de ler a frase "respire fundo, está em Vila Verde". Em adulto, gostava de sentir que aquilo era uma realidade, mas, infelizmente, não era. Era, precisas políticas alinhadas com o respeito pelo ser humano e pelo planeta. Como exemplos daquele desalinhamento, aludiu à reclamação da população de Atiães, há cerca de um ano, do acesso a um transporte público, que todos reconheciam como sendo mais amigo do ambiente, perante a qual o Município se limitou a remeter uma resposta da entidade responsável, na qual afirmava que a freguesia de Atiães era servida pela carreira 1014 – Atiães - Moure -, que permitia a ligação com transbordo a Vila Verde, operava apenas em dois horários, tratando-se de uma carreira denominada escolar. Findo o período letivo, aquela carreira era suspensa, a exemplo do que acontecera nos anos anteriores. De acordo com dados de maio do ano transato, não existia qualquer passe social para a referida linha, tendo sido apenas realizadas vinte e uma viagens, entre Atiães e Vila Verde, durante vinte e dois dias do mês de maio de 2022. A procura daquela carreira era essencialmente constituída por alunos. A inexistência de qualquer passe social e o facto de apenas terem sido realizadas vinte e uma viagens levava-os a afirmar que a oferta era mais do que suficiente para os utilizadores da mesma linha. O mesmo orador questionou como se podia esperar muitas viagens com aquela oferta; se tinham consciência de que aquilo

implicava longos tempos de espera pelos autocarros; se algum dos membros do Plenário estaria na disposição de o fazer e de ficar sem meio de transporte numa parte significativa do ano. Não havendo oferta, era impossível que houvesse procura e não se deviam resignar nem aceitar aquela resposta como sendo lei ou princípio eterno. Mais perguntou como poderiam considerar ecológica ou respeitadora do ser humano a política do tapa-buracos que, ano após ano, desperdiçava recursos, tapando temporariamente buracos, durante um tempo que já parecia infinito. Esta situação nem tinha um efeito de redução do tráfego automóvel, porque, em inúmeros sítios onde era difícil passar de carro, era quase impossível passar de bicicleta e era impossível passar a pé com a água que corria. Aludiu também à deficitária rede de abrigos de passageiros e de condições que permitissem a circulação segura de passageiros. Questionou como era possível que saneamento tivesse estado a verter durante dias, ou demasiadas horas em dias, sendo que, se aquela fuga tivesse sido no centro da sede municipal, teria sido imediatamente corrigida. Se fosse dinheiro a correr, também seria imediatamente corrigida. Se se dedicasse à problemática do lixo a mesma preocupação que se dedicava às festas e diversões, estar-se-ia melhor naquela temática. Era preciso agarrar o problema com vontade de o resolver e quem estivesse sem ideias ou derrotado pelo problema, não podia continuar a liderar a temática. Não se podiam acostumar a ver lixo espalhado pelas ruas. Para resolver o problema, era preciso investir tempo e dinheiro, mas, nos últimos anos, não se verificava qualquer abordagem nova ou rasgo de criatividade na tentativa de resolver o problema, excetuando em algumas freguesias, mas nada consistente nem em todo o concelho. As ciclovias e ecovias implementadas serviam apenas o propósito lúdico. Lançou à Presidente da Câmara o desafio de se fazer mais deslocar de bicicleta e transportes públicos, experimentando, assim, a dificuldade existente. Relativamente às bicicletas, o número de vias e de estacionamentos era francamente insuficiente. Aduziu que determinadas empresas já se organizavam com preocupações ecológicas, por exemplo, a partilha de automóvel pelos funcionários; sistemas de gestão de iluminação que evitavam a existência de luzes ligadas onde não era necessário; redução das deslocações ao essencial e digitalização de processos, entre outras medidas. O Município deveria ser mais proativo naquelas matérias. Gostariam de ver Vila Verde candidatar-se à bandeira verde município eco21. Podia e devia ainda inspirar-se na agenda 2023 para o desenvolvimento sustentável publicada pela Organização das Nações Unidas, entre ideias já implementadas e outras pioneiras. Concluindo, colocar o planeta e as pessoas no centro das decisões implicava corrigir muitos vícios do presente que se queria passado. Esta intervenção não era moralista e reconhecia também em si muitos hábitos e comportamentos que não salvaguardavam o planeta. Deixou o assunto à reflexão de cada um e recomendou à Edil que assumisse a liderança em nome de um Município verde, da casa comum e daqueles que na mesma habitavam. ----------

-----Manuel Barros, do PSD, em declaração política, referiu que decidiu partilhar aquele momento de particular felicidade e entusiasmo em que regressava aos trabalhos do Plenário, através da presente humilde reflexão que resultou do afastamento involuntário da sua intervenção pública, cívica e política, em que, apesar de um pouco longa, não transmitia tudo o que lhe ia na alma. Sem qualquer mudança de convicções ou "transumância", regressava em pleno à sua missão voluntária, cívica e política, ao lugar e ao Grupo Municipal do Partido Social Democrata, onde sempre estivera, durante mais

de três décadas. Ao serviço do Concelho, na Assembleia de Freguesia, na Assembleia Municipal, no Executivo Municipal como Vereador Municipal sem pelouro - na oposição -, na Gestão Empresarial Municipal e, presentemente, no Conselho Estratégico e na Assembleia Intermunicipal. Sempre com o propósito de contribuir com a sua experiência, convicção e a força do legado que conquistara na sua atividade profissional e na sua ação política, nos mais diversos contextos, como professor, gestor público e académico. Uma missão cívica que tinha começado muito cedo, no período pós-revolucionário, por via do seu ativismo associativo durante juventude; a força e a experiência que a participação ativa e de liderança, no movimento associativo estudantil democrático, no tempo de "Liceu", em Angola e Portugal, e no Ensino Superior, que se intensificou depois de terminar a sua primeira formação académica. Um regresso que coincidia com a passagem dos 47 anos das primeiras eleições autárquicas, infelizmente de forma despercebida, na passada terça-feira, 12 de dezembro. Uma das conquistas mais importantes no desenvolvimento de Portugal durante o período de transição democrática. Aquele momento era de tal forma relevante que Tocqueville referia, na sua obra "Democracia na América", que a democracia local era a escola da democracia, sendo os cidadãos e a proximidade o centro da sua missão. Aquele era o momento certo para fazer uma evocação de todos aqueles que, ao longo daquele tempo memorável, nos Executivos, nas Assembleias Municipais e nas Assembleias e Juntas de Freguesia, haviam sido os legítimos e decisivos obreiros das dinâmicas de consolidação da democracia, do desenvolvimento e da coesão social e cultural do território nacional. Um caminho em constante aperfeiçoamento e sem fim à vista, mas sempre em defesa do bem-estar das pessoas, assente no "paradigma da proximidade inteligente". Desenhado e implementado de forma diferenciada, com a velocidade, na eficácia dos resultados e na assertividade de cada uma das opções e da vontade política, resultantes das treze eleições entretanto realizadas, tendo aproveitado para saudar o professor António Cerqueira que, há 47 anos, em 12 de dezembro de 1976, havia sido eleito como o primeiro Presidente da Câmara de Vila Verde, em democracia. Endereçou-lhe cumprimentos, pessoalmente e através da Mesa desta Assembleia e do Executivo Municipal, tratando-se de uma personalidade que merecia gratidão e respeito pelo trabalho desenvolvido ao serviço do concelho, a que deviam associar os votos de rápida recuperação e a manifestação de solidariedade a toda a sua família pela situação difícil de saúde que estava a enfrentar. Desde então, o mundo mudara em tudo. Nas convicções e nas circunstâncias, acolhendo bem o recurso a todos os meios para atingir fins, de forma gradualmente mais discricionária. Havia mínimos de configuração e compromisso em relação aos valores e princípios que orientavam nas construções individuais e comunitárias, nas oportunidades transformando-as em oportunismos. Existiam regras básicas de senso, coerência e previsibilidade na ação, até às linhas vermelhas e às esferas de liberdade dos outros, mas tinha havido um tempo em que não era assim. Hoje, a superficialidade e a decência podiam explicar o conjunto de fenómenos a que assistiam por parte dos protagonistas políticos, como se continuasse a ser tudo possível, em função de interesses particulares e da promoção pessoal, neste quadro de degradação, acompanhada de uma certa transumância humana sem critério nem coerência, onde os aspirantes a políticos profissionais hipotecavam a consciência crítica e a sua independência política, assumindo o papel de militantes requentados de um partido de que, supostamente, tinham sido adversários, enquanto os ventos corriam

de feição, e que, por um prato de lentilhas, haviam passado a pactuar com uma geringonça de ocasião e as trapalhadas de um governo de maioria que se demitira, voltando a deixar o país no terceiro pântano da história da sua democracia. Originada pela subversão da regra de que "deve governar, quem ganha as eleições". Envolvendo-se numa onda de atropelos das convenções e dos tempos, conduzira o país a soluções de governos de circunstância, sem qualquer convergência em questões estruturais, ao nível da construção europeia e da vocação atlântica, que durara enquanto o registo havia sido o de reposição e de distribuição de medidas positivas, com os recursos resultantes do acerto de contas acertadas, por imposição da troika. O precedente gerado arredara o PSD da governação, mesmo tendo ganho as eleições, em 2015. Numa habilidade de tática política, do salve-se quem puder, com a esquerda radical; no recurso a uma forma de fazer política em que os fins justificavam todos os meios, onde a circunstância era sempre mais importante do que o que era estrutural e estratégico para o desenvolvimento local, regional e nacional; através da consagração de um *modus operandi* em funções públicas emergente, que se projetou no País, com deploráveis resultados para a degradação do ambiente político, do funcionamento do Estado de direito e na partidarização da Administração Pública, pondo em causa os pilares do regime democrático. Agora, tardiamente, alguns tinham descoberto que havia uma enorme tribalização da política, um desgaste democrático, um disfuncionamento das instituições e a extrema-direita e a extrema-esquerda tinham o peso que tinham e, infelizmente, a tendência era crescente, em resultado da subversão dos princípios democráticos pelos partidos que o haviam feito. Sublinhando o desastre de parte das marcas do caminho percorrido, pelo que tinha sido feito e pelo que havia ficado por fazer, agravadas pela inconsistência dos resultados que, conjugados com uma evidente falta de estratégia de desenvolvimento integrado e em rede com o poder local, o setor social e as empresas, em vésperas dos 50 anos da revolução 25 de abril de 1974, que viria a ser confirmada 25 de novembro de 1975, duas datas fundacionais da democracia, que tinham aberto caminho às primeiras eleições legislativas em abril, e às autárquicas em dezembro de 1976. Não tinham sido criadas condições para responder de forma sustentada aos problemas estruturais que nunca seriam resolvidos por um governo e muito menos com a diabolização de quem pensava diferente no quadro democrático e ou estava posicionado noutras esferas além do público ou das órbitas partidárias onde se jogavam as táticas que estavam a minar o sistema democrático. No atual contexto existia uma espécie de criação de cercas político-sanitárias que vincavam a polarização, de esquerda e de direita. Como social-democrata convicto, não admitia que considerassem que o seu partido era de direita ou de esquerda, tratando-se de um partido social-democrata, personalista e humanista, por isso era o partido do espetro do centro político que, normalmente e ao longo da história da democracia, tinha servido como fiel da balança da democracia nacional. Portanto, não valia a pena andarem a criar aquelas cercas sanitárias, dizendo que era direita e que era esquerda. Era o centro, era a social-democracia, com a sua vertente de esquerda e com a sua vertente mais à direita, mas também era o socialismo democrático, porque o PSD propusera a sua inscrição na Internacional Socialista. Willy Brandt entendera que já havia um partido inscrito, o PS. O PSD primeiro adotara a denominação de PPD e, um ano depois, tinha adotado a denominação de PSD. Não podiam passar uma esponja sobre a história, nem podiam esquecer que a década de maior desenvolvimento resultou do facto do PSD ter sabido

aproveitar a confiança da maioria dos portugueses, estruturando o país. Tinham de ver as políticas públicas enquadradas em cada um dos contextos históricos. Naquela altura, o investimento era em infraestruturas e, atualmente, havia mudança a este nível, estando o exemplo na Câmara Municipal de Vila Verde que tinha vindo a mudar as políticas públicas locais, juntando e criando ecossistemas de desenvolvimento. A moção que tinha vindo a Plenário, sobre a água, era uma das provas mais evidentes de que todos estavam preocupados com a sustentabilidade do planeta, mas era necessário terem calma e saber esperar pelos efeitos das políticas que estavam a ser implementadas, evitando radicalismos sem efeitos práticos, como o dos jovens que, numa ponte, em Lisboa, se haviam pendurado numa corda. Sempre defendera que atingiam os objetivos sem radicalismos. O tempo que os esperava, numa futuro próximo, era de moderação e tinham de estar muito atentos aos políticos radicais, não se devendo pensar que os mesmos só estavam na extrema-direita ou na extrema-esquerda, mas também no denominado arco da governação. Esperava que os partidos soubessem assumir as suas responsabilidades, porque os portugueses não gostavam de radicalismos. O concelho de Vila Verde tinha feito um grande esforço, haviam acompanhado a ação do Executivo Municipal, era verdade que se cometiam erros e que nem tudo estava bem, mas as pessoas assumiam-nos e corrigiam, aceitavam sugestões, sendo certo que o concelho seguia no bom caminho. Apelou a que vissem, por exemplo, o que estava a acontecer ao nível das políticas de educação. O Município assumira as responsabilidades sem receber um cêntimo do Governo central; não deixara de construir um centro de saúde com dois polos, na Vila de Pico de Regalados, com financiamento do FEDER e da autarquia, sem qualquer contributo do Estado. No âmbito da agricultura, estava a ser feito um trabalho para ser lançado um projeto de desenvolvimento do mundo rural. Manuel Barros referiu que esta sua intervenção consubstanciava uma leitura pessoal, mas era o espelho das Grandes Opções do Plano para 2024, que iam ser apresentadas e apreciadas nesta sessão, destacando os pilares estratégicos da transição digital, climática e ambiental, contemplando medidas concretas para serem implementadas. Estava-se a caminho de um novo modelo de desenvolvimento, sem esquecer as tradições, fazendo uma grande justiça aos presidentes de Junta, às IPSS, às escolas, aos diretores dos agrupamentos de escolas, pelo esforço e pelo contributo que estavam a dar àquilo que o Município estava a fazer. Aquele modelo estava a ser construído com base na participação das pessoas, num processo de mudança, envolvendo a comunidade, na resolução dos seus próprios problemas, com base no desenvolvimento sustentável dos recursos e potencialidades do território, em conjugação com a cultura empreendedora e estruturante de implementação do desenvolvimento tecnológico, económico e social do concelho, numa dinâmica transversal e intersectorial, no sentido de iniciativas com um caráter cada vez mais integrado, em ecossistemas, porquanto aquelas é que poderiam ser as próximas políticas públicas, de modo a promover a fixação e a atração de pessoas que a era digital anunciava. Era importante saber esperar e dar sugestões positivas para que o Executivo Municipal pudesse implementar aquelas novas políticas. ----------

-----Filipe Silva, do PS, referiu que Manuel Barros havia feito um bom trabalho no sentido de convencer os social-democratas a votar na social-democracia, mas, relativamente à questão dos extremos e dos partidos do arco da governação, no sentido de que o PS e o PSD trabalhassem para que aqueles extremos não ganhassem aquilo que estavam a ganhar, era importante falarem verdade e, relativamente à questão dos centros

de saúde, o que Manuel Barros referira, em parte, não correspondia à verdade, porque tinham havido fundos do Estado que haviam contribuído para aquelas obras. Era fundamental falarem verdade para manterem a sua credibilidade. ----------
-----Manuel Barros interveio novamente para esclarecer que o dissera com fundamento e tinha a honra de dizer que nunca havia mentido nem nunca precisara de vir a uma sessão da Assembleia Municipal convencer os sociais-democratas a votarem no PSD. Os dados que tinha eram no sentido de que as transferências para as autarquias locais, não apenas em Vila Verde, mas a nível nacional, não estavam a decorrer como Filipe Silva havia acabado de dizer. ---------- Susana Silva, do PSD, depois de referir que José Correia de Sousa partiu, no passado dia 5 de dezembro, aos 60 anos de idade, tendo sido colaborador do Município de Vila Verde e, durante muitos anos, havia sido o colaborador empenhado, amável, disponível e simpático que recebera os membros da Assembleia Municipal, apresentou, em nome das bancadas com representação na Comissão Permanente, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Correia de Sousa, apresentando as mais sentidas condolências a todos os seus familiares e fazendo um minuto de silêncio. ----------
-----Depois de cumprido o minuto de silêncio, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade. ----------
-----A Presidente da Câmara Municipal, reportando-se à unidade de saúde de Pico de Regalados, esclareceu que a requalificação da mesma ascendera ao montante de um milhão, vinte e seis mil quinhentos e quarenta e cinco vírgula vinte e nove euros, tendo tido uma comparticipação FEDER de trezentos e noventa e oito mil seiscentos e vinte vírgula doze euros, pelo que o Município havia feito um grande esforço, de cerca de seiscentos mil euros, para a realização daquela obra. Relativamente às questões relativas às alterações climáticas, reportando-se aos transportes públicos, que consubstanciavam uma concessão da CIM Cávado, referiu-se à existência de programas que financiavam os passes, sendo que todas as pessoas do concelho eram abrangidas e, para onde quer que se dirigissem, pagavam vinte euros, o que representava um incentivo à utilização dos transportes públicos. Estava também a ser implementado o chamado transporte a pedido, que já havia sido utilizado por um grupo de cidadãos da zona de Valdreu, Valbom e Oriz, o qual solicitara um autocarro para o domingo, assim como o transporte de Santo António de Mixões da Serra, de alguns lugares da zona de Valdreu, para a sede concelhia, num determinado dia da semana. Relativamente a Atiães, não havia qualquer pedido, existindo apenas o caso de uma senhora que precisava do transporte dois dias por semana, não se justificando a existência de um autocarro para realizar aquele transporte. Havendo mais pedidos e situações que o justificassem, era possível realizar esse tipo de transporte. O esforço financeiro efetuado para executar as ecovias e aquele que se destinava às que ainda iam ser concretizadas, em termos de 20/30, assim, como no âmbito das ciclovias, tinha em vista a criação de corredores verdes e oferecer à população a possibilidade de andar mais a pé e de bicicleta. Brevemente, no início do ano, iam colocar as bicicletas elétricas em determinados pontos do concelho, sobretudo junto às escolas, para conseguirem que a população, principalmente os jovens, começasse a andar mais de bicicleta. O saneamento era uma preocupação do Executivo, tinham já feito reuniões com a empresa Águas do Norte, para tentar encontrar uma solução. Quando chovia muito e a conduta ficava submersa, tinham lugar algumas

descargas, o que, recentemente, ocorrera na zona da Ecovia Mirante – Faial, o que suscitara, de imediato, uma reunião com a Águas do Norte. Estava já estipulado um plano de ação, o qual ia passar por um acesso àquelas condutas, sendo necessário criar condições para a entrada de maquinaria pesada nos terrenos envolvidos, o que, de momento, estava condicionado pelo estado lamacento dos mesmos, em resultado da elevada queda de pluviosidade. Não estava em risco a Bandeira Azul nem a qualidade das águas, a situação estava a ser acompanhada pelos serviços e o único acontecimento tivera lugar no dia quatro de novembro devido à forte intensidade das chuvas. O Plano Municipal contra as Alterações Climáticas encontrava-se já na fase final de elaboração, tinham uma consultoria com o IPVC que, previsivelmente, no dia vinte, ia proceder à entrega da primeira versão do mesmo documento. Podiam ainda ser apresentadas sugestões, quer ao Vereador do Pelouro quer ao Deputado Joaquim, que também estava envolvido no trabalho com o IPVC, sendo todas bem-vindas para encontrar as melhores soluções para aquela problemática que não podia ser escamoteada. Mais revelou que estava a ser elaborado o caderno de encargos para o novo concurso que ia entrar em vigor em junho, sendo que todas as juntas de freguesia já tinham sido ouvidas em sede de reunião. Os circuitos iam ser aumentados, as vezes de passagem por cada uma das freguesias iam igualmente ser aumentadas, impondo-se dizer que se tratava também de uma questão de consciência cívica, no sentido de que as pessoas tinham de saber em que dia e hora deviam colocar o lixo na rua. Em muitos casos, os dias/circuitos de passagem do camião iam duplicar e, com todo o trabalho de sensibilização ambiental que tinha vindo a ser realizado, nomeadamente as campanhas e o excecional trabalho encetado nas escolas – Projetos Escola Mais Verde; Eco-Escolas - iria haver resultados, nomeadamente em face da consciencialização das gerações mais novas. Pudessem as gerações menos novas seguir o exemplo das crianças e jovens. Esta era uma matéria da responsabilidade de todos e era central no Portugal 20/30. ----------

-----No ponto 4.1., a Presidente da Câmara Municipal referiu que estavam perante o orçamento maior de sempre, ascendendo a quarenta e nove milhões, o qual priorizava os investimentos nas infraestruturas básicas. A Edil enfatizou que gostaria muito de estar só a falar de transição digital, de eficiência energética, estando já numa linha que, efetivamente, ainda não correspondia bem à realidade do território concelhio, embora a mesma transição fosse também uma preocupação. Aquele documento ainda apresentava um investimento de milhões de euros em infraestruturas relativas à água, ao saneamento e à rede viária. A educação e demais funções sociais recebiam igualmente uma fatia significativa do orçamento, emergindo ainda a preocupação com o rigor orçamental, uma política fiscal amiga das famílias e das empresas, sobretudo daquelas que pretendiam criar emprego, fixar as pessoas, designadamente os jovens, no território. Tratava-se também de um orçamento com uma consciência social apurada, face ao quadro mundial vigente instável. As obras e o ambiente eram contemplados com 17,6 milhões de euros, relevando a fatia da rede viária, área que ia ser reforçada quando, mais à frente, fizessem o saldo de gerência. As obras infraestruturais estavam a ser integralmente assumidas pelo Município, sem o contributo da Administração Central, apesar dos esforços feitos pelo Município nesse sentido, sendo que o próprio ex-ministro João Galamba tinha estado, numa sala ali ao lado, a falar da variante e de outras infraestruturas necessárias para o território, mas, uma vez mais, não estavam a ver luz ao fundo do túnel relativamente à tão necessária variante à sede concelhia.

Assim, em termos de infraestruturas e rede viária, estava tudo a ser feito a expensas do Município, porque nem o 20/20, nem o 20/30, nem o PRR nem o Governo tinham qualquer intervenção. Estavam, então, previstos 2.6 milhões de euros para a rede viária; 4.3 milhões de euros para o saneamento; 2 milhões de euros para a água, mas tinham já garantidos, no âmbito do próximo Quadro Comunitário, três milhões de euros para fazer o investimento na rede, principalmente em todo o Vale do Homem e visando a colocação de uma infraestrutura, sobretudo nas freguesias na zona norte do concelho. A educação era contemplada com 6.5 milhões de euros, pensando na ação social escolar, nas refeições, nos transportes escolares, no prolongamento do horário, nas bolsas de estudo, na requalificação dos equipamentos, nomeadamente as escolas Monsenhor Elísio Araújo, Moure e Ribeira do Neiva, que necessitavam, urgentemente, de obras. Um forte investimento ia igualmente ter lugar no desporto, na cultura e no lazer, na saúde (1,3 milhões de euros), sendo que, em janeiro, ia também assumir, na íntegra, a transferência de competências na área da saúde e estava já a ser finalizada a preparação da candidatura para o Centro de Saúde de Vila Verde, estando inscritos, em sede de PRR, quinhentos mil euros, mas as obras necessárias iam ultrapassar e muito aquela verba, assim como para a requalificação do Centro de Saúde de Cervães. A Edil aludiu ainda à valorização de todos os recursos naturais e ambientais, à questão da eficiência energética, à iluminação pública, ao prolongamento das ecovias e dos trilhos, tal como à previsão das obras do PRR e do 20/30, estando já identificadas as obras que iam arrancar em 2024, nomeadamente o Parque da Vila e a requalificação da Adega Cultural; a ligação entre a Vila de Prado e o Parque Industrial de Oleiros. As transferências para as juntas de freguesia representavam um milhão e meio de euros, acrescendo novecentos mil euros para a questão dos contratos interadministrativos, das refeições escolares e da componente de apoio à família, tendo em vista a escola a tempo inteiro. Tratava-se, pois, de prosseguir com o compromisso assumido de colocar sempre as pessoas em primeiro lugar, indo ao encontro das necessidades de cada um, e de investir nas infraestruturas básicas, trabalhando em articulação com as e os presidentes de Junta, parceiros privilegiados na construção do desenvolvimento concelhio, para que o mesmo fosse cada vez mais moderno, competitivo, empreendedor, inclusivo e solidário. O documento planeava o futuro do concelho e tinha em linha de conta todas as pessoas que o habitavam. ----------

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Atiães, Samuel Estrada, referindo-se ao protocolo com o Lank Vilaverdense, que, numa outra sessão, havia gerado controvérsia, nomeadamente porque iriam onerar o património municipal, sendo que o anterior Presidente da Câmara garantira que o mesmo, posteriormente celebrado pela atual Edil, se destinava a diminuir o investimento e os custos do Município naquele espaço. No entanto, nem ainda um ano volvido, via já, no orçamento em apreço, uma previsão de trezentos e cinquenta mil euros para o mesmo espaço, o que suscitava agora um esclarecimento da Presidente da Câmara Municipal. Relativamente ao orçamento e depois de, no ano transacto, ter criticado o modo como o mesmo tinha sido feito, sobretudo pelo facto de os presidentes de Junta não terem sido ouvidos, queria elogiar a Presidente do Executivo Municipal e reconhecer que os edis haviam sido ouvidos, o que era, para si, motivo de felicidade, embora achasse que, nos próximos anos, as diligências junto dos presidentes de Junta deveriam ser mais alongadas, com um plano de trabalhos mais alongado, de modo a escutar os edis e perceber melhor os seus

anseios, assim como inteirar-se dos seus contributos na defesa dos interesses das populações que eles defendiam. Todos faziam elogios ao grande trabalho realizado pelos presidentes de Junta e trouxera o exemplo do anterior Presidente da Câmara que, numa entrevista a um jornal local, referia que os presidentes de Junta, excetuando um ou outro caso, eram brutais, tentando, dia após dia, melhorar a vida das pessoas, resolver os seus problemas e, ao mesmo tempo, ser solidário. A Presidente da Câmara e o António Vilela muitas vezes tinham elogiado o trabalho das juntas de freguesia, o trabalho em rede e a importância que os mesmos tinham no território. O orçamento em apreço tecia igualmente palavras elogiosas ao trabalho das edilidades locais, aludindo ao poder de proximidade e à constante interação com as forças vivas locais e com a população que emergiam como assinaláveis mais-valias de preponderante e insubstituível ação das autarquias locais, agentes incontornáveis do desenvolvimento e da promoção de efetivas condições de bem-estar para todos. Referiu que concordava com estas afirmações, mas esperava que o orçamento refletisse, de modo efetivo, tal confiança e admiração, em transferência e descentralização de competências, em criação de instrumentos, ferramentas e envelopes financeiros capazes de dotar as juntas de freguesia de maior dignidade, capacidade de intervenção no território e acudir às pequenas e grandes necessidades que diariamente enfrentavam. De acordo com o programa de transferência de competências, os presidentes de Junta apenas eram dignos de substituir o cantoneiro e de fazer o trabalho de segunda categoria das escolas. Num orçamento com perto de 50 milhões de euros de receita, transferiam para as freguesias apenas 1.5 milhões de euros destinados à manutenção das vias e trabalhos nas escolas, sendo que as edilidades tinham condições para fazer mais no sentido da satisfação das necessidades das pessoas, razão pela qual apelava a uma reflexão sobre o papel das juntas de freguesia, em ordem a conferir-lhes a devida dignidade, em vez de fazer como erradamente fizera o Governo, investindo nos presidentes de junta, com meios salários, quando não era disso que as mesmas necessitavam. As edilidades precisavam era de melhores condições para exercerem as suas funções. Era melhor para todos que as juntas de freguesia tivessem mais competências descentralizadas do Município, nomeadamente capacidade para fazer pavimentação e repavimentação das suas redes viárias, tal como fazia o concelho de Barcelos. As juntas de freguesias também deveriam ter capacidade de intervenção nas estruturas de águas pluviais e um papel ativo no ordenamento território das suas populações, sendo pelo menos ouvidos e informados acerca daquilo que ia ser feito a esse nível. Os orçamentos minguados das autarquias transformavam os presidentes de Junta numa espécie de pedintes oficiais do regime democrático, tendo incumbências, mas não possuindo meios financeiros e capacidade de intervenção, restando-lhe pedir, o que fazia com que as reuniões dos edis fossem quase uma réplica, noutro contexto, dos encontros das velhinhas nos centros de saúde, disputando as maleitas. Recordou uma reunião em que a discussão se centrava em torno de saber quem tinha as estradas piores, o que apenas acontecia porque não existiam transferências na área do investimento, mas, se existissem, o Presidente de Junta teria a sua verba, saberia aquilo com que contava e não precisaria de andar de chapéu na mão a pedir, exercendo a sua função da melhor forma. Era verdade que a Edilidade celebrava muitos outros protocolos, mas de forma *ad hoc*, não de uma forma que poderia ser mais vantajosa e eficiente, até porque, como era reconhecido, os presidentes de Junta conseguiam fazer mais com menos e,

assim, justificavam a mobilização de uma maior verba para a gestão direta dos mesmos. Deixava aquelas reflexões como um voto pedagogicamente contra. ----------

-----Ricardo Cerqueira, do BE, considerou que, embora sendo o maior orçamento de sempre, não era ainda o orçamento da educação. O Município tinha, obrigatoriamente, de garantir refeições gratuitas para os alunos carenciados, como forma de discriminação positiva, mas os mesmos não tinham acesso gratuito a atividades desenvolvidas no espaço escolar, fora do âmbito letivo que, felizmente, continuavam sob a alçada do Ministério da Educação, algo que acontecia, por exemplo, nas atividades de apoio à família, as quais tinham que ser custeadas mesmo pelos agregados dos escalões mais desfavorecidos. O espaço escolar deveria ser de todos e sobretudo dos mais excluídos. Na cultura e no âmbito das comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril, o investimento deveria ser mais profundo, até porque se tratava de um investimento na democracia e na liberdade coletiva. Não era ainda o orçamento da saúde, além das novas competências que estavam a ser atribuídas ao Município. Falava de questões com impacto na saúde dos Vilaverdenses, como o saneamento, que não era ainda garantido a todos os munícipes. O ambiente precisava de um maior enfoque e necessitava nortear todas as políticas municipais. Aludiu à água e ao acesso à mesma por parte das famílias carenciadas, algo que não era garantido pelo vigente regulamento de acesso à tarifa social da água, à qual acediam pouquíssimos agregados familiares. Estava igualmente longe de ser o orçamento da habitação, porquanto a quantidade de habitação pública municipal era algo que os devia preocupar e a todos envergonhar. Os passos dados eram ainda muito curtos e os apoios exíguos, sobretudo para os mais carenciados. Num concelho de salários baixos, engolidos pela inflação, o orçamento não usava os impostos municipais de forma suficientemente distributiva, pelo que também não era o orçamento do pão. Ficavam então com a paz neste concelho e neste país seguros. Por não ser ainda o orçamento do pão, da habitação, da saúde e da educação, ia ter o voto contra do Bloco de Esquerda. ----------

-----Aires Fumega, do PS, referiu que, no passado dia 30 de novembro, havia reunido naquela sala a CIM Cávado, sendo os representantes do concelho de Vila Verde Carlos Arantes, Manuel Barros e Susana Silva, do PSD, e o próprio Aires Fumega, do PS. Na última reunião, a CIM Cávado havia distribuído pelos seus membros um livro intitulado "Análise Socioeconómica CIM Cávado 2022". Depois de uma leitura da obra, muito bem estruturada e baseada em fontes fidedignas, quase todo assente em valores da PORDATA, propunha-se fazer uma interpretação dos mesmos, tendo feito uma espécie de ranking entre municípios que compunham a CIM Cávado, para tentarem perceber em que lugar Vila Verde se encontrava nos vários valores apresentados. Os valores absolutos representavam quantidades efetivas, enquanto os valores relativos expressavam a relação entre dois números, traduzindo a dimensão de um em relação ao outro. Na sua análise, usara sempre valores relativos, porquanto os que estavam no livro eram quase todos absolutos, para permitir comparar e saber em que ponto Vila Verde se posicionava. Nem todos os números eram maus, alguns eram mesmo péssimos. Capítulo I - análise demográfica - Vila Verde ocupava o terceiro lugar em termos populacionais. No tocante à distribuição por grupos etários, dos 10 aos 14 anos, Vila Verde também ocupava o terceiro lugar, e, com mais de 65 anos, ocupava o segundo lugar; dos 15 aos 65 anos, Vila Verde ocupava o quinto lugar, sendo o segundo pior em termos de população ativa; no que se referia ao crescimento natural, Vila Verde ocupava

o quinto lugar; no atinente à natalidade, ocupava o terceiro lugar, abaixo da média da CIM Cávado; no crescimento face a 2021, eram referidos os três melhores e Vila Verde estaria entre o quarto e o sexto lugares. Na taxa de fecundidade, Vila Verde estava em terceiro lugar; na taxa de mortalidade, estava em segundo lugar. No capítulo II - produto e rendimento -, no rendimento bruto anual declarado, Vila Verde estava em quarto lugar; no rendimento anual bruto por agregado fiscal, estava em quinto lugar. No capítulo III - contexto empresarial -, no peso do número de empresas por município, face à região do Cávado, Vila Verde ocupava o quarto lugar, tal como nas microempresas e nas pequenas empresas, enquanto, nas médias empresas, ocupava o 5.º lugar; nas grandes empresas, ocupava o último lugar, não tendo qualquer unidade, tal como Terras de Bouro; na natalidade das empresas, Vila Verde ocupava o 3.º lugar; na mortalidade das empresas, ocupava o segundo lugar; em termos de taxa de sobrevivência das empresas a um ano, ocupava o 2.º lugar. No capítulo IV - emprego -, na taxa de emprego, Vila Verde ocupava o terceiro lugar e, na taxa de desemprego, ocupava o terceiro lugar; no setor primário, ocupava o quinto lugar; no setor secundário, estava em terceiro lugar e, no terciário, no quarto lugar. Os números não mostravam que Vila Verde era um concelho essencialmente rural e, por outro lado, no setor secundário, era estranho ocupar o terceiro lugar, ficando espelhada a velha teoria de que Vila Verde era o dormitório de Braga, o que justificava as longas filas de trânsito para Braga e o trânsito caótico até Prado e Soutelo no regresso a casa. A remuneração média mensal da região do Cávado cifrava-se em mil cento e trinta e quatro euros, enquanto a de Vila Verde se ficava pelos novecentos e cinquenta euros, no último lugar. No orçamento em apreço, viam um aumento da despesa e da receita. No tocante ao investimento, pouco ou nada se via daquilo que era necessário para alterar aqueles números da CIM Cávado, surgindo apenas operações de tesouraria, com os resultados que bem conheciam; um conjunto de intenções que depois se revelava mal-intencionado. Do valor recebido do Estado, vinte e cinco milhões de euros, só uma pequena fatia, entre seiscentos e setecentos mil euros, era distribuída às freguesias. Viam o concelho a gastar uma grande fatia em abastecimento de água e saneamento, o que revelava o atraso crónico em relação aos concelhos vizinhos, não existindo, de forma visível, medidas de apoio à fixação de empresas. Certamente, dali a pouco, iam ouvir dizer que Vila Verde era um concelho com uma economia pujante, na senda do desenvolvimento e na vanguarda do crescimento económico, indo contra todos indicadores económicos, pelo que não existia qualquer dúvida em relação ao sentido de voto do PS. ----------

-----Filipe Silva sustentou que importava abordar, no orçamento, o que representava para a vida dos Vilaverdenses, qual era o valor disponível para melhorar as suas vidas. Existia um potencial enorme naquilo que as juntas de freguesia podiam fazer em relação aos seus cidadãos, consubstanciando equipas e pessoas preparadas para responder, de forma rápida, às necessidades da população, conseguindo fazer mais com menos. O orçamento disponibilizava, para as juntas de freguesia, o mesmo que em 2022, era o maior orçamento de sempre, com uma maior receita corrente que resultava da assunção de competências e do respetivo envelope financeiro, assim como dos impostos diretos que, no documento, estavam pensados e vistos de forma positiva, prevendo um aumento que não era real. Existia um acréscimo de quatro milhões de euros na receita corrente, mas aumentava também a despesa corrente, em seis milhões e trezentos mil euros, sendo que só a despesa com pessoal já ultrapassava os dezasseis milhões de euros,

contra os doze milhões de 2023. Detetara uma grande confusão entre as despesas correntes e as despesas de capital. Ademais, trazia uma redução do investimento, porquanto a despesa de capital passava dos doze milhões de euros, em 2023, para os dez milhões, em 2024, o que sugeria que os anunciados investimentos nas acessibilidades e na mobilidade estavam dependentes do recurso, no futuro, à banca, na falta de fundos comunitários que pudessem facilitar um conjunto de obras, nesta área. Era sua convicção que se poderia fazer mais, junto do Governo, relativamente às acessibilidades ao concelho, nunca tendo sido suscitada pelo Município qualquer reunião para que, em conjunto com o PS, pudessem trabalhar nesse sentido, tendo o PS local recebido o Ministro das Infraestruturas para falarem do problema de Vila Verde, o qual residia não nas estradas, mas nos transportes públicos, a ausência dos mesmos e a sua incompatibilidade com a vida das pessoas, não chegando debitar na CIM Cávado essa responsabilidade, porquanto o que a mesma estava a fazer, neste setor, era do tempo dos dinossauros. Não era com mais estradas, no momento da descarbonização, que aquele problema se ia resolver. Lançou o desafio, à Presidente da Câmara, de Vila Verde ser pioneiro na criação de uma empresa de transportes públicos. O novo Museu do Vinho representava quarenta por cento do orçamento da cultura. Tinham ouvido falar da requalificação da Adega Cultural, mas aquela era uma obra recente e não reunia as condições necessárias para os tempos de hoje nem ia ao encontro da necessidade de um auditório de grandes dimensões que pudesse acolher espetáculos e outros eventos que os Vilaverdenses também mereciam. Aquela obra, já com 2.6 milhões de euros investidos, mais quatrocentos e setenta e três mil euros, parecia-lhe que se estava a arranjar uma forma de a mesma passar a responder às necessidades dos Vilaverdenses. O restante orçamento da cultura dividia-se entre Santo António, Festa das Colheitas e Namorar Portugal. A ação social representava apenas 1.57 do orçamento, 2.9 das GOV, sendo que o do ano transato era o mais social, estando muito aquém, nomeadamente naquilo que era a participação e o retorno nas pessoas daqueles planos sociais, podendo-se apostar mais na comunicação e na divulgação dos apoios à população. Relativamente a estratégias do ambiente estavam muito atrás, havendo um caminho enorme a percorrer, havendo um potencial enorme neste segmento. Disse que estava muito bem o investimento nas infraestruturas, mormente na saúde, mas também dava para perceber que algo não tinha sido feito no passado, altura em que não se tinha privilegiado aquilo que era básico, como o saneamento e o abastecimento de água. Saudava a Presidente da Câmara pelo seu posicionamento naquilo que era estratégico, no sentido de dotar a parte Norte do concelho com água pública e todo o concelho com saneamento, atento também o efeito desse investimento no ambiente. A questão do ambiente era da responsabilidade de todos e todos tinham de contribuir para a melhoria da situação. Muita gente tinha linhas de águas pluviais ligadas ao saneamento, o que, no Inverno, fazia com que o mesmo transbordasse. Este também era um trabalho de todos, fiscalizando, no dia-a-dia e concorrendo para que tal não acontecesse. O orçamento não privilegiava nem uma verba nem uma estratégia em matéria de habitação; na ação social, ficava muito aquém; o turismo e a agricultura, que eram dois setores-chave e com enorme potencial, também eram praticamente esquecidos, pelo que se fosse o PS a elaborar aquele orçamento, privilegiaria outro tipo de opções, ficando um orçamento com maior receita, mais despesa e menor investimento. ----------

-----Susana Silva concordou com Filipe Silva, quando este havia afirmado que o orçamento, se fosse da autoria do PS, seria diferente, mas, certamente, o mesmo não contemplaria obras, investimento na educação nem nas estradas nem numa série de áreas que eram fulcrais para os Vilaverdenses e para o desenvolvimento do concelho, sendo que nunca a bancada do PSD ou qualquer Executivo deste partido tinha dito que estava tudo feito, que era tudo fantástico e se podiam ir embora porque já estava tudo realizado. Tudo mudava rapidamente e, por exemplo, aquilo que era hoje feito nas escolas, dali a meia dúzia de anos já estava obsoleto e era necessário voltar a investir. Também não ia entrar em discursos demagógicos, mas nunca se havia identificado com a expressão de que os presidentes de Junta eram pedintes ou andavam com o chapéu na mão. Valorizava o trabalho de todos os edis, nomeadamente dos presidentes de Junta e dos membros das assembleias de freguesia e da Assembleia Municipal, que queriam dar o seu contributo para o desenvolvimento do concelho, como muitas pessoas das freguesias que, embora não tendo atividade política, realizavam um trabalho enorme em prol do desenvolvimento da comunidade. Também tinham ouvido que a CIM fazia coisas muito interessantes, mas concretizava igualmente outras do tempo dos dinossauros, contudo, assim, estava confusa, sem saber onde ficavam, afinal. Com muita pena sua, não tinha conseguido participar na última sessão Intermunicipal da CIM Cávado; agradecia a explicação do documento, mas também gostava que se dissesse que algumas das medidas ali apresentadas eram efetivamente competência e responsabilidade do Município e não do poder central, assim como as empresas municipais que, há uns anos, eram alvos a abater, mas agora pareciam ser boas opções para resolver alguns problemas. Recordou que a assunção de competências havia, necessariamente, implicado o reforço de recursos humanas e, consequentemente, o crescimento da fatia do orçamente à mesma destinada. Aquele orçamento e as GOP queriam promover o desenvolvimento de Vila Verde, fixar as populações, mas sem entrar em discursos demagógicos e populistas, apostando antes nas pessoas, investindo mesmo naquilo que não era responsabilidade do Município. Era importante melhorar os transportes, mas era fundamental resolver o problema das estradas, nomeadamente na variante à EN 101. Relativamente às 500 páginas que lhes eram apresentadas, salientavam com especial agrado a importância central atribuída às pessoas, revelavam as prioridades do Município, sublinhando a importância do presente e a aposta no futuro, capacitando as pessoas, de forma a mitigar as fragilidades sociais. Sabiam que muitas famílias passavam por momentos difíceis, sendo de sublinhar o esforço na ação social educativa e a aposta na dignidade humana, no bem-estar social e na plena integração de todas as pessoas, merecendo destaque o apoio à natalidade, já desvalorizado neste plenário. O ordenamento do território consubstanciava uma temática central para a qualidade de vida das pessoas, para a atração e fixação da população, tal como o saneamento básico, com medidas para ampliação da rede; o reforço da captação, tratamento e distribuição de água, a edificação de infraestruturas e a sensibilização para o uso adequado da rede pública e incentivo às ligações às redes públicas, sobressaindo ainda o investimento na conservação e promoção do meio ambiente, mercê da contínua limpeza e vigilância da floresta e das praias fluviais, assim como a aposta na eficiência energética da iluminação pública. A melhoria das infraestruturas rodoviárias, com um investimento acima dos 2.6 milhões de euros, nomeadamente na requalificação de vias municipais, nas vias para as pessoas com

mobilidade reduzida, na sinalização e segurança rodoviárias, com destaque para a construção da variante de ligação ao Parque Industrial de Oleiros à Vila de Prado, a criação do eixo Norte-Sul, a ampliação da rede de ciclovias, ecovias e circuitos pedonais e os esforços em ordem à edificação da variante à EN 101. A política fiscal do Município continuava a ser amiga das famílias, das empresas e das instituições, particularmente o IMI no nível mais baixo; a isenção de taxas urbanísticas para famílias carenciadas e jovens até aos quarenta anos de idade, assim como para empreendimentos turísticos, agropecuários, florestais e industriais; a isenção de derrama a pequenas e novas empresas que se instalassem no concelho e criassem empregos. Registou a elaboração do Plano Diretor Agrícola, a implementação do projeto do cadastro simplificado da propriedade rústica, o apoio à criação de novas zonas de acolhimento empresarial, a criação do balcão "espaço empresa", o alargamento das redes 5G, o reforço da fibra ótica, internet e rede móvel em todo o concelho e a criação de uma rede de museus. Eram medidas articuladas com os programas educacionais, mormente na área do ensino superior, relevando igualmente a aposta na requalificação urbanística, como a regeneração da área envolvente da Adega Cultural para a criação do Parque da Vila e de melhorias a empreender nas freguesias. Numa análise transversal, Susana Silva fez ainda referência ao sentido de oportunidade, criatividade, iniciativa, empreendedorismo, competitividade e inovação aliados ao melhor aproveitamento dos fundos comunitários e do PRR, bem como a continuidade das parcerias com as juntas de freguesia, IPSS, agrupamentos de escolas e a proximidade à população. Pelo exposto, os documentos em análise iam merecer o voto favorável da bancada do PSD. ----------

-----O ponto 4.1. foi aprovado por maioria, com quarenta e oito votos a favor, dez votos contra e três abstenções. ----------

-----No ponto 4.2., João Silva, do PS, referiu que, ano após ano, se aplicava, uma taxa de 1.5, mas deveriam ter uma visão mais ambiciosa, a exemplo do que acontecia, no distrito de Braga, em municípios como Amares, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Terras de Bouro e Famalicão que também aplicava 1.2. Era altura de chamarem as empresas, captarem investimento, numa altura em que já deparavam com o problema dos parques industriais e das suas acessibilidades, assim como o parque industrial da Ribeira do Neiva, que era uma promessa eleitoral do PSD, sendo sabido que a social-democracia sem dinheiro era uma chatice. Viviam num concelho pobre, os dados haviam sido apresentados; bastando ir ao INE e constatava-se que 70% da população vivia com o salário mínimo; havia pessoas que, de vez em quando, vinham ali, enquanto outras, durante todo o ano, estavam com as pessoas de Vila Verde, conhecendo a realidade, tal como a Presidente da Câmara e os vereadores, assim como os presidentes de Junta. Todos sabiam que um volume de negócios de cento e cinquenta mil euros se revelava exíguo, era preciso inovar e adotar uma política social-democrata, percebendo que era a hora de o Município isentar as empresas, já que as mesmas até tinham dificuldades de telecomunicação, no concelho, assim como em começar o seu negócio e na criação de emprego. Exortou a Presidente da Câmara a, no próximo ano, isentar as empresas na totalidade ou a seguir o exemplo de Famalicão, dando uma nova dinâmica ao concelho e às suas empresas e, bem assim, a que não esquecesse a bandeira da criação do parque industrial da Ribeira do Neiva e da melhoria e desenvolvimento dos parques industriais que agregavam muitas empresas e geravam emprego, em Vila Verde. A bancada do PS ia votar contra a proposta em análise. ----------

-----Filipe Lopes, do PSD, depois de aludir à legislação habilitante e de ter referido que, no âmbito da mesma, os municípios podiam deliberar, anualmente, uma derrama municipal a aplicar ao lucro tributável das pessoas coletivas sujeitas e não isentas de IRC, nas condições previstas na mesma legislação, apresentou uma proposta com os seguintes pontos: o lançamento da derrama municipal, a liquidar em 2024, por aplicação da taxa de 15% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o IRC, apenas para os sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, superior a 150 mil euros; isentar do pagamento da mesma taxa os sujeitos passivos com um volume de negócios que, no ano transato, não ultrapassasse 150 mil euros, isto é, a grande maioria das micro e pequenas empresas; reconhecendo a necessidade de o Município garantir capacidade de intervenção na realização de investimentos estruturantes, como a modernização e manutenção da rede viária, nos equipamentos escolares, culturais e desportivos, bem como na criação e infraestruturação de zonas empresariais, que exigiam elevados recursos financeiros, mas eram indispensáveis para a atração de investimento no concelho, porquanto, mesmo reconhecendo as dificuldades das empresas, na atual conjuntura, verificavam que: apenas as empresas – pessoas coletivas – que apresentassem prejuízo fiscal e os empresários em nome individual; que aquela receita representava uma pequena contribuição das empresas mais lucrativas em prol do desenvolvimento do concelho e do bem-estar das populações; que as empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros ficariam isentas do pagamento de derrama, salvaguardando, assim, as microempresas. Pelo exposto, o grupo municipal do PSD ia votar esta proposta favoravelmente. ----------

-----O ponto 4.2 foi aprovado por maioria, com quarenta e nove votos a favor, oito votos contra e quatro abstenções. ----------

-----O ponto 4.3. foi aprovado por maioria, com sessenta votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. ----------

-----No ponto 4.4., João Silva esclareceu que a sua bancada era a favor da aplicação da taxa de 0.25, sendo que, ano após ano, se repetia esta proposta, com um problema grave que era enfrentado por quem diariamente percorria o concelho, o qual se prendia com as telecomunicações, nomeadamente na estrada de Sabariz até Valdreu, sendo que o telefone, conforme já reportara à vereação, ia sete vezes abaixo. As quedas de rede aconteciam em várias zonas do concelho Vila Verde, na zona de Esqueiros, e por todo o concelho. A lei dizia que podiam isentar as empresas para as mesmas melhorarem a rede de telecomunicações e o Executivo Municipal poderia encetar reuniões, visando aquela melhoria. Várias empresas estavam a fazer diligências nesse sentido, colocando diversos novos pontos no concelho e era preciso melhorar as redes, porque tinham um concelho envelhecido, em zonas como a Ribeira do Neiva, o Norte do Concelho, e as pessoas, hoje, utilizavam o telefone para falar com os filhos, chamar uma simples ambulância ou outras necessidades e muitas já nem utilizavam o telefone fixo. O PS ia votar este ponto favoravelmente. ----------

-----O ponto 4.4. foi aprovado por maioria, com sessenta votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. ----------

-----No ponto 4.5., o Presidente da Mesa sugeriu ao Executivo Municipal uma alteração da redação do mesmo, retirando a palavra autorizar e ficando apenas ratificar. ----------

-----O Vereador Manuel Lopes, com autorização da Presidente da Câmara, interveio para explicar que a Lei era muito clara sobre a competência da Assembleia Municipal

para autorizar a delegação de competências nas juntas de freguesia, pelo que se revelava inevitável a autorização em apreço. Dado o adiantado do ano e não tendo tido condições de elaborar os contratos, para virem ao plenário de setembro, haviam tido de deliberar, em sede de Câmara Municipal a sua execução imediata, sob pena de, naquela altura, terem as juntas de freguesia com competências, mas sem o correspondente envelope financeiro. Assim, decidiram proceder à implementação e pedir a esta Assembleia Municipal que os ratificasse, autorizando a sua concretização. Simultaneamente, traziam os contratos previstos para os segundo e terceiro períodos, que importavam um aumento de investimento na educação, que não estava, inicialmente, previsto para o Orçamento de 2024 e que constava da dotação orçamental atual, com reforço das verbas a transferir e a dotação orçamental necessária para 2024. Os que iam ser votados a seguir é que iam ser autorizados. ----------

-----A proposta do Presidente da Mesa, no sentido da ratificação do ponto 4.5., foi aprovada pelo Plenário, por unanimidade. ----------

-----Pedro Araújo, do PS, esclareceu que existiam despesas que a Junta de freguesia da Lage já estava a assumir, sem que tivesse recebido verba, porquanto apenas a ia receber em dezembro. Referiu que não concordava com aquele ponto e que esta situação, muitas vezes, resultava, em muito trabalho a termo incerto, sem contrato, o que afetava muitas pessoas do concelho que não tinham a estabilidade de uma carreira profissional devido a estes contratos de subdelegações, sendo que as mesmas, pelo serviço que prestavam à comunidade, não mereciam aquele tipo de tratamento. Iam votar a favor, mas era importante que aquela política fosse repensada, sendo fundamental que, naquelas atividades, existissem contratos efetivos e que as juntas e associações que trabalhavam com o Município pudessem ter contratos efetivos com os seus colaboradores. ----------

-----A Presidente da Junta de Freguesia da Lage esclareceu que quem fazia o serviço era a Associação de Pais e à Junta de Freguesia estava reservado apenas o edifício.

-----Maria José Gonçalves, do PSD, considerou que, neste ano lectivo, tinha havido a necessidade de a Câmara Municipal celebrar os contratos com as juntas de freguesia, de modo a salvaguardar as verbas necessárias para satisfazer as despesas escolares do primeiro período, não tendo havido tempo para solicitar autorização à Assembleia Municipal. Os contratos tinham sido aprovados por unanimidade, pelo Executivo Municipal, analisados e aprovados pelas respetivas juntas de freguesia, pelo que nada obstava à ratificação dos mesmos pela Assembleia Municipal, assim como a aprovação da autorização para a sua celebração. No ponto 4.6., em complemento dos contratos constantes neste ponto 4.5., eram contemplados os contratos a celebrar com as juntas de freguesia para os segundo e terceiro períodos do ano letivo em curso, tendo os mesmos sido aprovados e ponderados pela Câmara Municipal e pelas juntas de freguesia, tendo sido introduzidas correções, ajuste de verbas, em alguns casos, substanciais. Não concordavam com a bancada do PS, até porque os contratos se fundamentavam em critérios homogéneos e equitativos, baseados na previsibilidade de gastos, pelas juntas de freguesia, permitindo uma mais cuidadosa gestão por parte destas edilidades. Da sua análise resultara a existência de sustentabilidade, previsibilidade e equidade enquanto critério fundamentais para garantir às juntas de freguesia a gestão do refeitório e serviço de refeições, a implementação das atividades de animação e apoio à família, acrescendo uma maior razoabilidade para as juntas de freguesia, se necessário, contratarem os recursos humanos. ----------

-----Filipe Silva sublinhou que não eram contra os contratos interadministrativos estabelecidos com as juntas de freguesias, os quais deviam era ser feitos no tempo necessário e, por vezes, coisas que lhes escapavam vinham ali para ratificar. Já tinha sido Presidente de Junta e sabia que acontecia muitas das pessoas que estavam a prestar serviços estarem a fazê-lo a título permanente, pelo que pediam que aquelas pessoas passassem a ter contratos sem termo, proporcionando, assim, estabilidade à vida profissional das mesmas. ----------
-----A ratificação deste ponto foi aprovada por maioria, com cinquenta e nove votos a favor, um voto contra e uma abstenção. ----------
-----O ponto 4.5. foi aprovado por maioria, com cinquenta e nove votos a favor, um voto contra e uma abstenção. ----------
-----Ricardo Cerqueira, em declaração de voto, esclareceu que a votação do BE se prendera com a sua discordância em relação ao pagamento de cinquenta por cento de quem usufruísse de escalão A, por considerarem que a medida era excludente de certas pessoas carenciadas, e pela utilização, nos contratos do termo colaboradores - e não, por exemplo, conforme referira Maria José Gonçalves, recursos humanos. Não conhecia o código da colaboração, conhecendo apenas o código de trabalho. As juntas de freguesia e as associações deveriam contratar trabalhadores e concordava com a bancada do PS, devendo ser celebrados contratos de trabalho, até para permitir, depois, que fosse ministrada a formação adequada aos trabalhadores. Aduziu que, no ponto seguinte, ia adotar o mesmo sentido de voto e declaração de voto de igual teor. ----------
-----O ponto 4.6. foi aprovado por maioria, com cinquenta e nove votos a favor, um voto contra e uma abstenção. ----------
-----No ponto 4.7., a Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde referiu que podia parecer estranho Vila Verde não ter uma adega cooperativa e pertencer a uma rede de produtores de vinho, mas este ponto prendia-se tão-só com o facto de Vila Verde estar a começar a candidatura - o projeto havia sido apresentado e aprovado - relativamente ao Museu do Vinho e da Vinha, a ser instalado na Adega Cultural, fazendo parte de uma rede onde participavam mais de 50 cidades europeias e integrar uma rede de produtores de vinha que ia permitir benefícios a vários níveis - exposições, intercâmbios, boas práticas…-, embora, em Vila Verde, houvesse ótimos produtores de vinho, mas não passavam pela Adega Cooperativa. ----------
-----Aires Fumega disse que ia fazer uma intervenção dupla, contemplando este e o próximo ponto. Esclareceu que, pessoalmente, ia votar contra. Portugal, entre 2019 e 2022, segundo as estatísticas, havia tido um acréscimo de oito por cento na produção de vinho; o Alto Minho crescera trinta e sete por cento nesta mesma produção; o Cávado tivera um aumento de quatro por cento e Vila Verde um decréscimo de vinte e oito por cento. Nas GOP de 2022, haviam tido uma dotação de vinte mil euros e, nos dois anos seguintes, de dez mil euros e por aí fora, até vinte e nove, dez mil euros. Se calhar, em vez de museu, que era uma coisa engraçada, era melhor investir nos produtores de vinho, sendo que, mil e trezentos euros davam para comprar muitas garrafas de vinho. Manifestou a mesma posição em relação ao ponto seguinte, no qual se propunha gastar quinhentos euros na adesão à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, não percebendo, também, muito bem para que é que aquilo servia. ----------
-----O ponto 4.7 foi aprovado por maioria, com quarenta e nove votos a favor, sete votos contra e cinco abstenções. ----------

-----No ponto 4.8., a Presidente da Câmara Municipal revelou que o Município de Vila Verde, tal como outros municípios, havia sido convidado pela Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago e, como o concelho de Vila Verde era atravessado por dois caminhos, o Caminho Ribeiro e o Caminho de Torres, devidamente sinalizados e que traziam imensos peregrinos até Vila Verde, com o albergue de Goães a funcionar muito bem, acolhendo todas aquelas pessoas que cruzavam o território Vilaverdense, acharam bem integrar aquela Federação, para estarem a trabalhar em rede. Relativamente ao ponto anterior, causava-lhe estranheza que alguém ligado às artes não apreciasse museus e viesse criticar o facto de estarem a trabalhar o museu e, estando a Adega Cultural como estava, ia ter um grande impacto no território e até poderia ajudar a alavancar o trabalho realizado pelos produtores que tinham sido premiados até a nível internacional. Como eram pela museologia e pelas artes, estavam disponíveis para apoiar todas as atividades que podiam promover o intercâmbio no seio daquela rede internacional. ----------

-----O ponto 4.8. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----Aires Fumega, em declaração de voto, perguntou o que tinha o Museu de Vinho a ver com arte. ----------

-----João Silva, em declaração de voto, referiu que votou a favor e solicitou à Presidente da Câmara para não se esquecer da história de Vila Verde, do Castro de S. Julião, das várias vias romanas que atravessavam o território concelhio e que estavam ao abandono, o que o levou a pedir à mesma Edil que reforçasse a equipa de História e Arqueologia e, no futuro, conseguissem trazer pessoas ao Castro de S. Julião, às mamoas e a outros sítios, dos quais Serra Nevada e João Lobo falavam nos seus livros. ----------

--- A prorrogação desta sessão foi aprovada, pelo Plenário, por unanimidade.---------- O ponto 4.9. foi aprovado por maioria, com sessenta votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. ----------

-----João Silva, em declaração de voto, esclareceu que se absteve porque, nesta como em todas as questões sociais, Vila Verde tinha uma política pouco humanista, porquanto o orçamento não contemplava a habitação e o arrendamento, mas devia-se ir mais além e, vinda da social-democracia, de um partido humanista, a maioria social-democrata deveria apoiar os pobres. O próximo orçamento deveria corrigir esta situação, sendo que os presidentes de Junta sabiam que existia pobreza extrema no concelho. ----------

-----No ponto 4.10, a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que estavam a falar de uma parcela de terreno de setecentos e trinta e três metros quadrados, em frente à Adega Cultural e nas imediações da estátua do Bombeiro, que se encontrava no Plano de Pormenor daquela mesma zona, sendo importante o Município ter a posse administrativa da mesma, porque toda a requalificação exterior da Adega Cultural necessitava daquele pedaço de terreno. Os proprietários estavam de acordo com a posse administrativa daquela parcela; uma avaliação de perito do tribunal concedia à parcela o valor de 8.7 € por metro quadrado daquele terreno que se encontrava em zona verde. Os proprietários entendiam que, porque, no resto do terreno, ia ser edificada uma habitação, o mesmo deveria ser vendido ao Município por trezentos e cinquenta e um euros o metro quadrado, mas o terreno, estando e destinando-se a uma zona verde, não era compatível com o preço exigido, posição que era confirmada por pareceres esternos. Não fora possível chegar a acordo e, assim, com esta expropriação, o proprietário ia ser

indemnizado de acordo com a avaliação do perito do Tribunal, competindo, depois, ao Tribunal, decidir quem tinha razão, decisão que o Município iria cumprir. ----------
-----João Silve sustentou que esta votação era à condição, porquanto se dizia "caso se verifique a aceitação por parte dos interessados das condições aprovadas..." e lembrou que, em Macedo de Cavaleiros, as pessoas da Assembleia Municipal haviam todas sido multadas por uma votação irregular. Na sua ótica, deveriam votar algo com certeza e com segurança, não à condição. Assim, defendeu então que o teor do ponto deveria ser retirado ou retificado. ----------
-----O Presidente da Mesa sustentou que o ponto estava enquadrável com o que era aceitável, porquanto de tratava de uma proposta de resolução para expropriação; depois de apresentada e analisada, o que a seguir se fazia era autorizar resolução e não a aprovar que já estava assumida a expropriação, O Município, enquanto decorria a negociação, devia ter o cuidado de vir aqui pedir a autorização para a expropriação. -----
-----O ponto 4.10 foi aprovado por maioria, com cinquenta e um votos e favor, zero votos contra e dez abstenções. ----------
-----No ponto 5., não se registou qualquer pedido de intervenção. ----------
-----No ponto 7., não se registou qualquer pedido de intervenção. ----------
-----A minuta da ata da reunião de catorze de dezembro de dois mil e vinte e três foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e um, aquando da votação e apresentação da mesma e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. ----------
-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou apresente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -
-----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. ----------

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário